

ARTIGO

CENTROS COMUNITÁRIOS DE BAIRRO E GERAÇÃO DE RENDA: DESAFIOS E OPORTUNIDADES EM COMUNIDADES VULNERÁVEIS

NERBAS, Patrícia de Freitas
(fnerbas@unisin.br)

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Brasil

LIMA, Márcia Azevedo de
(malima@unisin.br)

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Brasil

LAZZARETTI, Diógenes Igor
(d.lazzaretti@hotmail.com);

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Brasil

GOMES, Marthial Rieger Morem
(marthialmorem@gmail.com)

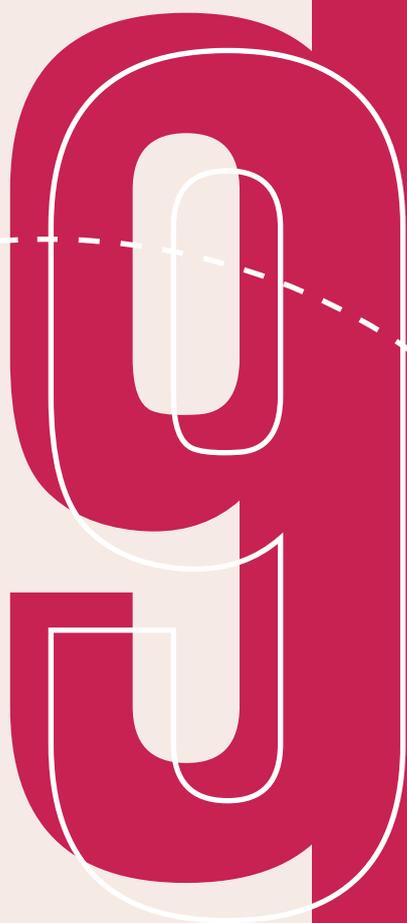
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Brasil

ROSSI, Nichele
(nichelerossi@hotmail.com)

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Brasil

REICHELT, Pedro Fracasso
(pedroreichelt@gmail.com)

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Brasil



PALAVRAS-CHAVE:

Centros comunitários, equipamentos de geração de renda; América Latina; tecnologias sociais; processos colaborativos.

RESUMO

A escassez de recursos econômicos é uma realidade, especialmente nos países em desenvolvimento que, devido à pandemia da COVID-19, vem se agravando ainda mais. Por isso, considerando os desafios do desenvolvimento sustentável apresentados na Agenda 2030, especialmente o objetivo 11 - tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, entende-se a importância de buscar soluções que ajudem a mitigar essa escassez de recursos, através de desenho urbano mais adequado para nossas cidades. Neste sentido, este artigo propõe o debate sobre espaços comunitários voltados para a geração de renda, identificando desafios e oportunidades em comunidades vulneráveis no contexto dos países em desenvolvimento. Para tanto, foi realizada breve revisão da literatura sobre centros comunitários e equipamentos de geração de renda na América Latina. A partir disso, foram selecionados projetos implantados em diferentes países que procuram responder demandas locais, por meio de tecnologias sociais e processos colaborativos de projeto e auto construção assistida. A intenção foi de analisar e identificar características comuns entre os projetos, sistematizar os dados e resultados parciais da pesquisa. Assim, este artigo pretende contribuir para o debate de soluções de desenho urbano adaptáveis ao contextos locais, para melhorar a qualidade de vida e contribuir para a produção de cidades mais inclusivas, resilientes, sustentáveis e saudáveis.

SESSÃO 9
EDIFICAÇÕES
SUSTENTÁVEIS:
PARTICIPAÇÃO
E EDUCAÇÃO

1. INTRODUÇÃO

A escassez de recursos econômicos é uma realidade, especialmente nos países em desenvolvimento que, devido à pandemia da COVID-19, vem se agravando ainda mais. Dados recentes mostram que as vulnerabilidades econômicas e socioambientais crescem vertiginosamente diante do contexto mundial de escassez de recursos e do fenômeno Covid-19 (INSTITUTO PÓLIS, 2020). Neste sentido, a relevância dos espaços urbanos como lugares de transformação de realidades sociais, econômicas e ambientais evidenciam a importância de projetos de cidades saudáveis, educadoras e sustentáveis para mitigar essas vulnerabilidades e ampliar ofertas para implementar a qualidade de vida de todos.

Ao olhar a história da Arquitetura e Urbanismo, percebe-se que no início do século XIX os arquitetos do período moderno já estavam debatendo sobre arquitetura e cidades como direito universal. Neste momento, as soluções que pautavam questões sobre as demandas socioeconômicas se concentravam em definições sobre o habitar mínimo, a racionalização construtiva e o entremear com a natureza, com muitos desdobramentos e soluções que transitavam entre a escala da cidade e do edifício. No entanto, a visão sistêmica da natureza e economia, os processos de projeto e construção colaborativas, assim como alternativas com o uso de tecnologias sociais, eram desconhecidas e/ou ainda não aprofundadas. A mudança de paradigma no campo do conhecimento de Arquitetura e Urbanismo é natural à própria essência da profissão. Eventos como a Bienal de Veneza, com o tema 'Reporting From The Front', realizada em 2016 e o UIA, com o tema 'Todos os Mundos um só Mundo', realizado em 2021 representam estas mudanças sobre o atuar dos arquitetos e urbanistas em seus territórios. Concursos de projetos na área da arquitetura (ONU HABITAT, 2019; CAU, 2019) também corroboram a interdependência entre os sistemas físicos que configuram as cidades e os aspectos sociais, econômicos e ambientais. Estes eventos reforçam e ampliam o olhar sobre os espaços para além do habitar.

A partir dos resultados do Programa Minha Casa Minha Vida e dos investimentos públicos anteriores relacionados ao BNH, observa-se que concentrar os esforços em soluções específicas na escala do habitar doméstico não é o suficiente. Além disso o habitar pressupõe a necessidade de espaços e serviços públicos essenciais para a qualidade de vida humana. Ainda no século XIX, Clarence e Perry (CASTELLO, 2008) demonstram em suas pesquisas que a escala doméstica inclui serviços e equipamentos, tais como praças, escolas, comércios e serviços públicos, entre outros, e formulam princípios para a criação de unidades de vizinhanças. Estudos na área de assistência social, sociologia e arquitetura social corroboram o fato de que subsidiar os processos de acesso à habitação são direitos fundamentais e vão além, apontam que o direito à cidade, serviços e equipamentos públicos que possam garantir qualidade de vida das pessoas incluem aspectos relacionados aos direitos humanos essenciais como renda, saúde, educação e lazer.

1.1 ESPAÇOS COMUNITÁRIOS COMO TRANSFORMAÇÃO DE VULNERABILIDADES: ARQUITETURA COMO PROJETO INACABADO

Segundo Cutter (1996), estar vulnerável é estar em risco. A vulnerabilidade é usualmente associada a fatores socioeconômicos, entretanto, o Atlas de Vulnerabilidade Social (IVS, 2021) alerta que as comunidades podem estar em situação de vulnerabilidade devido a problemas climáticos, geográficos e ambientais. Neste sentido, ao observar a realidade da América Latina, percebe-se que as comunidades que apresentam vulnerabilidade socioeconômica, também estão localizados em territórios com riscos ambientais e falta de infraestrutura pública. Diante desse cenário de carência, a criação de espaços adequados que possam criar oportunidades para o desenvolvimento comunitário é fundamental. Espaços que atendam aos conceitos de desenvolvimento comunitário, “uma técnica social de promoção do homem e de mobilização de recursos humanos e institucionais” pautam suas ações na “participação ativa e democrática da população, no estudo, planejamento, e execução de programas ao nível de comunidades de base, destinados a melhorar o seu nível de vida” (Carmo, 2001: 4). O objetivo é a união da população com os agentes públicos, a fim de melhorar a situação econômica, cultural e social e integrar-se na vida da nação e contribuir para o progresso nacional geral. (Silva, 1963: 543).

Há diversas interpretações para os espaços comunitários. Aqui, parte-se do pressuposto de que são espaços socialmente compartilhados, de natureza polifuncional, assumindo funções de acordo com definições e significados que emergem das ações entre a própria comunidade. Na perspectiva adotada, os espaços comunitários são catalisadores para o desenvolvimento local, são condições fundamentais para a articulação social e estrutura para as ações humanas. Os espaços como dimensão chave, tanto para a emergência, o enriquecimento e a consolidação de ações para geração de renda e transformações socioambientais locais (BONFIM, 2000). Ressalta-se que o direito à cidade vai muito além dos princípios relacionados na legislação brasileira que, segundo Baltazar e Kapp (2006), “ênfatisa o direito dos usuários sobre os serviços e equipamentos públicos disponíveis ou não nos espaços urbanizados. Referimo-nos no direito dos cidadãos coparticiparem dos processos de decisão e transformação do território da cidade, assim como sugere as formulações teóricas de Lefebvre (2008), retomadas por Harvey (2008), que descreve a relevância das ações coletivas nas cidades, sobre o que e como a cidade pode ser e ter.”

Em complemento, a Rede de Tecnologias Social (RTS) foi fundada em 2005 como estratégia de desenvolvimento local (RTS, 2005). Tecnologias sociais são ferramentas importantes que permitem as trocas entre o saber acadêmico e popular. São o conjunto de métodos e técnicas direcionadas às necessidades da comunidade, objetivando a transformação e melhoria das condições de vida da sociedade por meio das experiências. A comunidade se apropria do conhecimento repassado adaptando aos saberes populares e condições ambientais daquela região do país, transformando sua realidade. São atitudes capazes de resultar em melhorias físicas, do entorno e edificações, e melhorias sociais como inclusão social e geração de renda (RTS, 2004).

Observa-se que a produção espontânea dos espaços da cidade resulta em distinções espaciais e socioeconômicas, preocupantes para a população que habita estes lugares, assim como para todo o território da cidade. Entretanto, há oportunidades para a geração de renda e processos de aprendizagem na ação na requalificação da cidade informal, pois segundo Baltazar e Kapp (2006) estes espaços permitem maior autonomia no processo de tomada de decisões por parte dos usuários e construtores. Neste contexto, a criação de espaços comunitários para territórios informais, pode ser um meio importante de transformação socioeconômica, pois o processo de projeto, construção e apropriação destes espaços oportuniza o encontro entre diferentes processos de aprendizado na ação. São projetos inacabados, com oportunidades e desafios de transformação. Sigfried Giedion, nos anos 1920, já alertava para o fato de que seria interessante considerar a arquitetura diante da lógica de um produto inacabado, (apud Baltazar e Kapp, 2006). Ou seja, um produto em constante processo de uso, permanência e transformação.

Com base no exposto e considerando os desafios do desenvolvimento sustentável apresentados na Agenda 2030, especialmente o objetivo 11 - tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, entende-se a importância de buscar soluções que ajudem a mitigar essa escassez de recursos, através de desenho urbano mais adequado para nossas cidades. Neste sentido, este artigo propõe o debate sobre espaços comunitários voltados para a geração de renda, identificando desafios e oportunidades em comunidades vulneráveis no contexto dos países em desenvolvimento. Assim, tem como objetivo sistematizar estratégias projetuais para esses equipamentos comunitários para comunidades em situação de vulnerabilidade social, a partir de processos colaborativos e executados com métodos de autoconstrução orientada por profissionais da Arquitetura e Urbanismo. A intenção é demonstrar as ações integradas como importante solução para o desenvolvimento sustentável, pois a criação destes espaços são alternativas de auto gestão, fortalecimento das redes sociais, além de serem espaços apropriados à geração de renda local e implementação das metas propostas na Agenda 2030.

2. METODOLOGIA

Para atingir os objetivos deste trabalho, foi realizada breve revisão da literatura sobre centros comunitários e equipamentos de geração de renda, bem como sobre espaços comunitários como transformação de vulnerabilidades e a natureza dos espaços comunitários: a arquitetura como projeto inacabado. A partir disso, foram selecionados quatro projetos implantados em diferentes países que procuram responder demandas locais, por meio de tecnologias sociais, processos colaborativos de projeto, autoconstrução assistida e aplicam estratégias de bioarquitetura. Os projetos selecionados são espaços destinados à geração de renda e/ou aos processos de educação continuada e promoção da cultura local, situam-se em territórios vulneráveis de países da América Latina. A intenção foi analisar e identificar características comuns entre os projetos, sistematizar os dados e resultados parciais da pesquisa com vistas a aprofundamentos e detalhamentos futuros.

Nas últimas décadas, os arquitetos buscam relações entre as tradições culturais e os valores sociais, as características da cidade em que se trabalha, aspectos individuais locais, sem perder de vista as demandas ambientais globais. Portanto, a análise projetual identificou se há uma tipologia que se repete entre os projetos estudados, observando os aspectos tradicionais dos projetos de arquitetura, tais como as relações formais com o lugar, o programa e a materialidade, conforme tríade vitruviana. Além disso, foram analisadas as características relacionadas às estruturas físicas destes espaços, considerando os temas da sustentabilidade ambiental, comumente abordados em sistemas de certificações ambientais, tais como: (a) relações com paisagem local; (b) águas; (c) eficiência energética e conforto ambiental; (d) sistemas e materiais. Essa análise visa facilitar a compreensão desses espaços na escala microlocal para orientar políticas e programas públicos locais.

3. CENTROS COMUNITÁRIOS NO TERRITÓRIO DA AMÉRICA LATINA

A análise dos projetos verificou correspondências programáticas, formais, de materialidade entre cada situação típica dos espaços comunitários, edifício e espaço livre, que se repete nestes diferentes territórios, assim como as individualidades específicas a cada lugar. Busca compreender se há correlações entre os tipos de espaços criados, as formas de apropriação e as possibilidades de geração de renda e/ou aprendizagem continuada. Os quatro projetos analisados se situam no Equador, Peru, Colômbia e Brasil.

3.1 CENTRO COMUNITÁRIO RENASCER DE CHAMANGA

O Centro Comunitário Renascer (Figura 1), foi executado em San José de Chamanga, Esmeraldas, no Equador, 2016, em processo colaborativo de projeto com o Estudio, MCM+A e Martín Rea, Al Borde, Patricio Cevallos e o Sindicato local. O processo de auto construção assistida pelo mesmo grupo do projeto, contou com a participação da Comunidade Nova Jerusalén, Actuemos do Equador e com voluntários nacionais e internacionais. O território é uma localizado na zona rural, no extremo sul da Província de Esmeraldas. O clima tropical, com chuvas distribuídas ao longo de todo o ano, caracteriza-se por dias normalmente nublados (WEATHER SPARK, 2021). Portanto, as estratégias de conforto são a ventilação permanente em todas as direções. Para mitigar o calor da incidência solar das coberturas de zinco foram dispostas peças de bambu, entre as vigas do mesmo material e o telhado de zinco, de modo a reduzir a transmissão de calor abaixo da cobertura. Além disso, foi criado um sistema de proteção solar na parte superior da fachada principal, para mitigar a incidência direta de sol.



Figura 1. Moradores em frente à fachada principal e no interior da edificação.
Fonte: <http://www.ramaestudioec.com/casacomunalrenacerdechamanga-2/> (2021)

O programa proposto inclui uma área coberta para eventos comunitários, cozinha, espaço para refeições, sanitários e recreação infantil. A estrutura formal contempla uma planta livre com materialidade composta por materiais de baixo impacto ambiental tais como o bambu guadua, troncos de teca e pneus reciclados, assim como alguns elementos constituídos por tecnologias comuns à localidade, tais como o concreto e telhas de zinco. O projeto surgiu por meio de oficinas comunitárias, que buscaram entender as necessidades e técnicas locais (RAMA ESTUDIO, 2016). Ao observar as imagens de satélite da área onde se insere o projeto, percebe-se a presença predominante de edificações térreas e informais, com cobertura de telhas de zinco e fechamentos ora de alvenaria, ora de painéis de bambu entrelaçado. Deste modo, o projeto construído em bambu, em único pavimento, e coberto, também, por telhas de zinco, condiz com o entorno e materialidade locais.

3.2 ESPAÇO COMUNITÁRIO DO REFEITÓRIO SAN MARTÍN

O espaço Comunitário do Refeitório San Martín (Figura 2), foi executado no Barrio de La Balanza, Distrito de Comas, Lima (Peru). O processo de auto construção assistida contou com a participação de NN arquitetos, construtores do bairro, CAPLaB (Centro de Aprendizaje y Producción de La Balanza) e voluntários locais. (ARCHDAILY PERU, 2021). O clima local tem um verão árido e quente, com céu encoberto e inverno longo, mas ameno, seco. (WEATHER SPARK, 2021a). Portanto, o espaço foi pensado para ter ventilação cruzada e permanente no segundo pavimento, com pé-direito duplo. Na cozinha, as esquadrias são altas para saída de calor e por aproveitamento dos espaços internos.

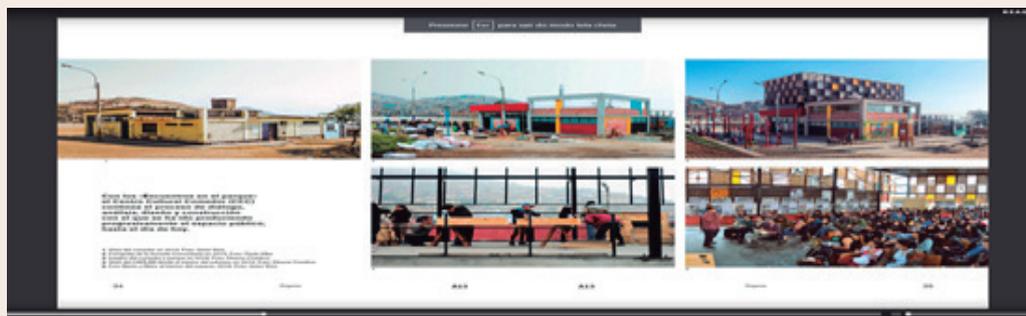


Figura 2. Estrutura pré-existente, processo e acréscimo espaço multiuso.
Fonte: https://issuu.com/revista-a-pucp/docs/revista_a13-arq-pucp (2019)

O território local tem vocação cultural com forte foco no teatro de rua. O refeitório está inserido em uma quadra que abriga duas quadras esportivas, onde acontece a FITECA (Fiesta Internacional de Teatro en Calles Abiertas) e uma escola de educação primária. O projeto consiste na reforma e ampliação do Refeitório popular San Martin, transformando o mesmo em um centro cultural. O programa proposto inclui cozinha comunitária, refeitório com áreas de estar, sala de usos múltiplos, biblioteca, sanitários e horta comunitária. Na horta são cultivadas parte dos alimentos preparados no refeitório (CITIO e CCC, 2019). Resultado de um processo de colaborativo e auto construção assistida, sobre um edifício pré-existente. O acréscimo de área ao novo programa tem uma estrutura formal de planta livre e foi executado de estrutura metálica com fechamentos compostos por molduras em OSB que podem ser preenchidas de diversas maneiras. Os painéis de vedação são modulares e executados com material de reuso, pelos próprios moradores.

3.3 OFICINA DE COSTURA COMUNITÁRIA AMAIRIS

A oficina de Costura Comunitária Amairis (Figura 3), foi executada na zona rural da Comunidade de San Isidro, Puerto Caldas, Pereira, Colômbia, em 2019, pelo coletivo Ruta 4 Taller. O clima é típico temperado, quente com pluviosidade significativa ao longo do ano. O projeto segue o ritmo do movimento solar local. (SECRETARÍA DE PLANEACIÓN, 2014).



Figura 3. Área de trabalho e fachadas.

Fonte: <https://issuu.com/ruta4arquitectura/docs/portafolio> (2020)

O edifício está inserido em meio a um complexo de equipamentos comunitários. A ideia do projeto surge da condição rural em um contexto específico; onde a planície que projeta o vale do rio, as colinas distantes, o pôr-do-sol a oeste, as culturas de milho e o céu azul desbotado, são as premissas fundamentais para delimitar e configurar a ideia construída. O programa do projeto inclui um setor de confecção, setor de corte, área de exposição, armazenamento, escritório, banheiros públicos, copa. (ARCHDAILY BRASIL, 2020). A estrutura formal parte de uma planta livre, com materialidade de bambu guadua e blocos cerâmicos na composição da fachada. “O projeto é implantado no terreno a partir do reconhecimento do trânsito solar que altera a fachada principal e como esta condição determina um dispositivo dinâmico que permite uma variação de aberturas” (ARCHDAILY BRASIL, 2020). A forma linear e a planta livre procuram atender as demandas da economicidade e adaptabilidade dos usos. Os sistemas e técnicas são apropriados às condições regionais e às tradições dos construtores da localidade.

3.4 COOPERATIVA DAS MULHERES PRODUTORAS DE CASTANHAS DE CAJU

A Cooperativa das Mulheres produtoras de Castanhas de Caju (Figura 4), foi executada em Nova Vida, no município de Bom Jesus das Selvas, do Maranhão/ Brasil, em 2018, pela equipe do Estúdio Flume. A execução foi feita através de mutirões com a equipe de arquitetos, o mestre de obra Severino Macedo Horas e mulheres da Cooperativa de Produtores. É uma pequena comunidade na zona rural, com edificações térreas de alvenaria autoportante e telhado cerâmico. O clima é tropical semiúmido, quente. (IBGE, 2020). Portanto, a ventilação foi uma premissa, sendo adotado o próprio bloco cerâmico de 8 furos usado na construção, como elementos vazados para propiciar ventilação permanente.



Figura 4. Pátio e fachada de convivência para vizinhança.

Fonte: <http://www.estudioflume.com/flume-castanhas-de-caju> (2021)

O programa proposto inclui área de cozinha e de produção, sanitários, espaço para venda e administração, pátios interno e externo. Estes pátios articulam atividades com a comunidade local, pois há ausência de equipamentos públicos na comunidade. Na fachada frontal os elementos como a marquise e banco de concreto são convites para a comunidade (ARCHDAILY BRASIL, 2020). A obra parte de uma estrutura pré-existente e segue a mesma composição de materialidade feita por tijolos cerâmicos e cobertura de telhas cerâmicas. Além de reaproveitar ao máximo a residência existente de alvenaria, foram incluídos materiais disponíveis no povoado, num processo de criação coletiva com a comunidade. Princípios da permacultura também foram incorporados, sobretudo pela falta de sistema de esgoto e abastecimento regular de água potável. Na construção, foram inseridos coleta de água da chuva, biodigestor de fossa séptica para o tratamento de esgoto e círculo de bananeiras para filtrar as águas cinzas. A ideia do estúdio é que estas técnicas possam ser difundidas e replicadas na comunidade (SustentArqui, 2020). Traçando um paralelo entre os projetos analisados percebe-se que apesar das diferenças projetuais pertinentes a cada território, todos tem em comum o processo de projeto colaborativo e de auto construção assistida. Todos foram desenvolvidos com a participação dos moradores, grupos de voluntários e arquitetos responsáveis, a partir de diferentes técnicas e oficinas, sobre processos de criação colaborativos e técnicas sociais, de baixo custo e algumas soluções que podem mitigar impacto ambiental, além de promover a economicidade no uso de materiais

loais. As oficinas têm como finalidade a transferência de tecnologias e oportunizar a criação de soluções sustentáveis, amigáveis ao ambiente no qual se inserem, adaptáveis às necessidades sociais locais e que possam proporcionar alternativas de geração de renda para o bairro. Cada projeto apresenta suas particularidades, conforme condições físicas, como percurso solar, clima e características humanas de cada território. Além disso, a disponibilidade de materiais de cada região foi determinante para a escolha das técnicas e abordagem projetual. Portanto, todos têm como finalidade atender os processos de coparticipação nos processos de transformação do território das cidades, recomendados por Baltazar e Kapp (2006).

4. CONCLUSÕES

Este artigo é fruto de um estudo exploratório sobre o tema e apresenta resultados parciais da pesquisa em desenvolvimento. O breve recorrido teórico sobre centros comunitários e equipamentos de geração de renda na América Latina, bem como sobre espaços comunitários como transformação de vulnerabilidades e a natureza dos espaços comunitários, contribui para a análise da relevância dos processos colaborativos de projeto e autoconstrução assistida. Os quatro projetos analisados, implantados em diferentes países procuram responder às demandas de cada território, sem perder de vista objetivos regionais e globais, conforme agendas internacionais. Em comum são projetos que atendem as demandas locais por meio de tecnologias sociais e processos colaborativos de projeto e autoconstrução assistida.

Esses projetos levam o imaginário do arquiteto e urbanista ao cotidiano de comunidades vulneráveis e propõem soluções espaciais que incluem estratégias de baixo custo e sustentabilidade ambiental, como meio eficaz para a criação de tecnologias sociais pautadas nos recursos disponíveis em cada região. Estratégias para a construção de espaços que possam oportunizar a regeneração de culturas e fomentar a economia local. O debate sobre o fazer juntos, significa ampliar as possibilidades profissionais dos arquitetos e urbanistas, que saem da passividade de responder solicitações de clientes específicos e se tornam agentes propositivos, ao observar e vivenciar as dinâmicas que regem as cidades. São projetos não caracterizados por um produto acabado e um resultado autoral. O maior aprendizado se situa no processo de projeção e construção, que reúnem várias vozes.

Arquitetura para regenerar economias, culturas e paisagens. Um desafio que transpassa fronteiras e o meio de diálogo não é exclusivamente técnico. Desenhos técnicos e mapas são abstrações, portanto os projetos apresentados demonstram a necessidade do arquiteto aprender a partilhar melhor suas ações com outros cidadãos. São processos que não tem uma regra clara pré-estabelecida, tampouco há um único tipo de classificação. Projetos que reconhecem a existência de outros saberes e os arquitetos e urbanistas são parte, estão em constante aprendizagem, provocam diálogos e mediam encontros e desencontros entre as soluções pensadas em comunidade. Por fim, este artigo pretende contribuir para o debate de soluções de desenho urbano adaptáveis aos contextos locais e alinhadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030, para melhorar a qualidade de

vida e contribuir para a produção de cidades mais inclusivas, resilientes, sustentáveis e saudáveis.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARCHDAILY BRASIL (2017a). Centro Comunitário Renascer de Chamanga / Actuemos Ecuador. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/884772/centro-comunitario-renascer-de-chamanga-actuemos-ecuador?ad_medium=gallery.

ARCHDAILY BRASIL (2020). Oficina de Costura Comunitária Amairis/Ruta 4 Taller. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/938831/oficina-de-costura-comunitaria-amairis-ruta-arquitectura>.

ARCHDAILY BRASIL (2020). Sede Castanhas de Caju / Estudio Flume. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/931333/sede-castanhas-de-caju-estudio-flume>.

ARCHDAILY PERU (2017). De Comedor a Local Comunal: Un proyecto que enmarca la memoria del barrio La Balanza-Comas en Lima. Disponível em: <https://www.archdaily.pe/pe/867095/de-comedor-a-local-comunal-un-proyecto-que-enmarca-la-memoria-del-barrio-la-balanza-comas-en-lima>

BALTAZAR E KAPP, Silke (2006). Por uma Arquitetura não Planejada: o arquiteto como designer de interfaces e o usuário como produtor de espaços. Disponível em: http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/01_biblioteca/arquivos/baltazar_06_por_uma_arquitetura.pdf

BONFIM, Catarina de Jesus (2000). Centro Comunitário. Disponível em: https://www.seg-social.pt/documents/10152/13331/Centro_comunitario/a0a29948-aba9-446b-afc0-8561ad725e37/a0a29948-aba9-446b-afc0-8561ad725e37.

CARMO, Hermano (2001) - A actualidade do desenvolvimento comunitário como estratégia de intervenção social [Em linha]. In *Actas da 1ª Conferência sobre desenvolvimento comunitário e saúde mental*. Lisboa: ISPA, p. 1-28.

CASTELLO, Iara Regina (2008). Bairros, loteamentos e condomínios: elementos para o projeto de novos territórios habitacionais. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

CAU (2019). Conheça os vencedores do Concurso de Ideias. Disponível em: <https://www.caurs.gov.br/conheca-os-vencedores-do-concurso-de-ideias-casa-saudavel-cidade-saudavel/>.

CUTTER, SUSAN (1996). Vulnerability environmental hazard. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/030913259602000407>.

CITIO e CCC. Proyecto Fitekantropus. In: Revista de la Facultad de Arquitectura y Urbanismo de la Pontificia Universidad Católica del Perú. Año 11, N°13, junio 2019. Disponível em: https://issuu.com/revista-a-pucp/docs/revista_a13-arq-pucp

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021). Cidades e Estados. Portal Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/bom-jesus-das-selvas/panorama>. Acesso em 16 Jul 2021.

- IVS (2021). Atlas de Vulnerabilidade Social. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>. Acesso em 15 de julho de 2021.
- INSTITUTO PÓLIS (2020). Quem são as pessoas mais afetadas pela pandemia? Disponível em: <https://polis.org.br/noticias/quem-sao-as-pessoas-mais-afetadas-pela-pandemia/>
- ONU HABITAT (2019). Onu Habitat: O mais recente de arquitetura e notícia. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/tag/onu-habitat>.
- RAMA ESTUDIO (2016). Casa Comunal Renacer de Chamanga. Quito. Disponível em: <http://www.ramaestudioec.com/casacomunalrenacerdechamanga-2/#>.
- RTS (2004). Rede de Tecnologia Social. Caderno de Debate: Tecnologia Social no Brasil – direito à ciência e ciência para a cidadania. São Paulo: RTS.
- RTS (2005). Rede de Tecnologia Social. Documento Constitutivo da Rede de Tecnologia Social. Disponível em: <http://www.rts.org.br/rts/a-rts/historico>.
- Secretaría de Planeación (2014). Sistema de Planeación Participativa y Democrática del Municipio de Pereira. Disponível em: <http://www.pereira.gov.co/Planeacion/DIAGNOSTICOS%20SOCIOENCONOMICOS/DIAGNOSTICOS%20SOCIOENCONOMICOS/16.%20CORREGIMIENTO%20PUERTO%20CALDAS.pdf>.
- SILVA, Maria M. da (1963) – Fases de um processo de Desenvolvimento Comunitário. *Análise Social*. Vol. I, nº4, 538-558. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224155768W1lYCowpoLl19BR8.pdf>
- SustentArqui (2020). Arquitetura bioclimática e permacultura em uma comunidade no Maranhão. Disponível em: <https://sustentarqui.com.br/arquitetura-bioclimatica-e-permacultura-em-uma-comunidade-no-maranhao/>.
- WEATHER SPARK (2021). Condições meteorológicas médias de Esmeraldas. Disponível em: <https://pt.weatherspark.com/y/19369/Clima-caracter%C3%ADstico-em-Esmeraldas-Ecuador-durante-o-ano>. Acesso em: 9 julho 2021.
- WEATHER SPARK (2021a). Condições meteorológicas médias de Lima Peru. Disponível em: <https://pt.weatherspark.com/y/20441/Clima-caracter%C3%ADstico-em-Lima-Peru-durante-o-ano>. Acesso em: 15 de julho de 2021.